

ATA N.º 8/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17.ABRIL.2012

----- Aos dezassete dias do mês de Abril de dois mil e doze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz, Manuel Artur de Almeida Miler e Paulo Sérgio Martins Teixeira. -----

----- Pelas 14:30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- O Vereador senhor Paulo Teixeira pediu a palavra para:-----

----- 1. Perguntar, agora que está a ser feita a revalorização do centro histórico da vila, se a Câmara tem pensada alguma solução definitiva para resolver o problema das ligações de esgotos feitas diretamente para o rio Agualva e, caso tenha, perguntar como e quando se pensa terminar com esse problema; -----

----- 2. Referir que as fotografias que estão colocadas no site da Câmara retratam de forma muito fraca a realidade, o que não contribui para a divulgação e promoção do município, recomendando a sua substituição, recorrendo, se para tanto for necessário, aos trabalhos do Movimento Fotográfico de Arouca.-----

----- 3. Dizer que, tendo sido aberto o primeiro troço das obras de regeneração urbana, continua sem ter sido presente à Câmara o projeto das obras previstas para a envolvente do pombal. -----

----- À primeira questão o senhor Presidente respondeu que está a ser estudada a solução técnica que melhor permita coletar as águas residuais no interior do curso do rio coberto, pensando poder candidatar essas obras aos fundos que estão a financiar os trabalhos da regeneração urbana; -----

----- À segunda questão a senhora Vereadora Margarida Belém respondeu que se vai tentar proceder à substituição de algumas fotografias, estando a ser estudada uma parceria com o Movimento Fotográfico de Arouca para a criação de um banco de imagens.-----

----- A propósito da terceira questão, o senhor Presidente disse que já foi apresentada ao IGESPAR a solução que foi desenvolvida na sequência das sondagens realizadas no local, solução essa que, no entanto, não obteve total concordância daquele organismo, estando agora a ser desenvolvidos contactos pelo autor do projeto para encontrar uma solução consensual. -----

----- Na sequência o Vereador Paulo Teixeira pediu a palavra para lamentar que o projeto não tenha sido apresentado ao executivo antes de ser enviado ao IGESPAR, e perguntou se não deveria ter sido feito o projeto previamente à destruição do que existia, ao que o senhor Presidente respondeu que, ainda que pareça

17.04.2012

pouco lógico, entendeu que o projeto devia ser mostrado previamente ao IGESPAR e que a solução a projetar estava condicionada pelo resultado das sondagens que foram feitas no local.-----

-----O Vereador senhor Artur Miler pediu a palavra para ler o seguinte: -----

-----“TURISMO EM AROUCA – O EXEMPLO DO ALTO DA FREITA-----

-----RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES-----

-----A intervenção em Turismo não pode nem deve pautar-se apenas e só por candidaturas a fundos comunitários que possibilitem a construção ou edificação de estruturas físicas pontuais ou temáticas, aqui e ali, ao sabor de projectos financiados ou da concretização de obra para mostrar ao turista e encher o olho do eleitor. Essa intervenção é, sem dúvida, importante mas deve culminar todo um processo de base estrutural e de pormenor para ser justificada e justificável. -----

-----O alto da serra da Freita é o exemplo que hoje aqui trazemos. Do bom e do mau, do que entendemos estar estruturado e do que estará muito longe/do minimamente exigível. -----

-----Senão vejamos:-----

-----1 – Entrada no Geoparque Arouca no sentido Arões-Albergaria da Serra -----

-----Logo a seguir à placa indicativa da entrada no Geoparque, no ramal à direita, não há qualquer sinalização da Portela da Anta e das Pedras Boroas - apenas se encontram os tubos metálicos erectos sem as respectivas placas turísticas indicativas; -----

-----A sinalética do triângulo para Arões/Agualva, Manhouce, etc., está muito degradada, tal como, do lado de Vale de Cambra, no cruzamento para o Covo (Arões) só existe uma placa enferrujada com essa indicação e que indica o referido acesso a esse lugar apenas para quem do concelho de Cambra se dirige para o de Arouca; -----

-----Também um abrigo de pedra que margina a estrada no mencionado cruzamento para Manhouce está totalmente ao abandono, degradado, feio e desaproveitado. -----

-----**Recomenda-se** a requalificação da sinalética referida e do património edificado existente neste ponto turístico nevralgico. Os destinos turísticos não são unilaterais, não devem existir "fronteiras" tão marcadas e diferenças tão marcantes. Mas, já que existem, recomendamos que se coloque ali, junto à placa indicativa de entrada no Geoparque Arouca, um mapa/carta síntese dos geossítios e monumentos mais importantes do nosso concelho. Pelo menos isso!-----

-----2 – Paisagem natural e paisagem urbana da Serra -----

-----É notória e deveras chocante, aos olhos mais atentos de quem visita a Serra, a profusão de postes de madeira e de cimento, das linhas telefónica e eléctrica respectivamente, muitas vezes paralelas, apenas com 2 ou 3 metros a separá-las! E as múltiplas vigas de laje de betão, vulgarmente conhecidas por

17.04.2012

"vigas da maprel", que delimitam terrenos particulares! E os inestéticos e agora inúteis tripés sem placa informativa, muitas vezes ladeados pelos tubos verticais que suportaram as antigas lunetas de visão longínqua! Recomenda-se a promoção de medidas tendentes a reduzir ao mínimo o número de postes da rede eléctrica e de telecomunicações na Serra; urge um plano e acção tendentes ao enterramento progressivo da maior parte dos postes que marginam as estradas e os lugares da Serra. -----

----- Apoie-se a substituição urgente das vigotas de cimento de partilha e delimitação de terrenos por esteios de pedra. -----

----- Perto do Merujal, muito próximo da berma da estrada municipal, bem à vista, o brilho intenso do aço de um depósito de água de dimensões consideráveis! -----

----- Recomenda-se a dissimulação do recipiente com um murete de pedra, por exemplo. -----

----- Também choca a cor da pintura de algumas habitações dos lugares/aldeias e a falta de reboco de muitas edificações, com os tijolos ou blocos desnudos lado a lado com vetustas habitações de alvenaria. -----

----- Recomenda-se apoiar, fornecendo, quiçá gratuitamente, tinta branca ou outra que for adoptada como conveniente para a pintura de algumas casas. -----

----- Exemplos flagrantes: Escola Primária de Albergaria em total abandono, com vidros partidos e logradouro "descampado"; mais acima, uma garagem em blocos de cimento e cobertura de laje plana que ali permanece há muitos anos no meio da paisagem granítica! A entidade gestora e promotora do Turismo em Arouca tem a obrigação ética de, por intermédio da Junta de Freguesia ou da própria Câmara Municipal, recuperar e melhorar a estética destes imóveis, sem medo de, com isso, estar a beneficiar os seus actuais ou futuros donos. -----

----- Bermas de águas pluviais no troço rectificado da Frecha da Mizarela em cimento! Porque não em calçada à portuguesa como foi feito em frente ao Refúgio da Freita e noutros locais? -----

----- Abrigo de passageiros da paragem de autocarro no Vidoeiro/Chão das Casas - horrível, no meio do planalto, em chapa de zinco ferrugenta e abas de plástico onduladas. -----

----- Entre a Frecha da Mizarela e o Parque de Campismo do Merujal há um óptimo ramal de estrada sem qualquer indicação de para que serve e para onde nos poderá levar! Afinal ao lugar de Póvoa dos Chões, da freguesia de Cepelos, concelho de Vale de Cambra, talvez por isso mesmo sem qualquer referência indicativa por servir uma povoação não pertencente a Arouca! -----

----- 3 – Parque de Campismo do Merujal/Refúgio da Freita -----

----- Outro ponto nevrálgico das rotas turísticas na Serra da Freita. -----

----- A marginar o empreendimento turístico inúmeros tocos dos antigos cedros - cortados e por arrancar. E as já mencionadas "vigotas da maprel" a suportarem a rede que circunda o Parque! -----

17.04.2012

-----No cruzamento, duas placas toponímicas iguais a qualquer placa de cidade ou de qualquer estrada nacional ou municipal indicando as direcções de vários destinos. E, também aqui, mapa ou planta turística, nem vê-la! -----

-----Contraste com a beleza e rusticidade das placas indicativas dos percursos pedestres e com a pedra da baia de estacionamento e do edificado de apoio e ainda com o branco, verde e castanho do edifício sede e outros de apoio. -----

-----Aqui a iluminação pública é feita por candeeiros em postes de tubo metálico! Vai ser este o modelo a adoptar em todo o perímetro da Serra?! -----

-----Recomenda-se uniformidade, critério e rigor adequados à especificidade do Geoparque.-----

-----4 – Alto do radar -----

-----Outro dos mais importantes pontos nevralgicos das rotas de turismo pela Freita. Também aqui não vislumbramos qualquer carta ou mapa indicativo de trajectos e pontos de maior interesse turístico. Mas vemos, aqui e no final do perímetro do Parque Eólico, placards informativos da localização das turbinas eólicas e do respectivo edifício de comando! Aqui, no cruzamento do alto do radar, parece que o acesso a Arouca se faz exclusivamente pela estrada dos viveiros da Granja! -----

-----5 – Entroncamento para Adaúfe/moldes e Cabreiros/Candal-----

-----A seguir à aprazível estrada que serpenteia o planalto do Parque Eólico, apesar de estreita, a péssima qualidade do piso da parte final. Não fora o arranjo efectuado pelo empreendimento eólico o piso estaria todo ele em mau estado como este pequeno troço! Qualquer turista dá meia volta para trás de imediato pois pensa que aquela estrada se dirige a nenhures. -----

-----Em Adaúfe só está sinalizado o acesso à Granja/Freita e às aldeias típicas de Chão de Espinho e Espinho no sentido ascendente! E o acesso ao nevralgico Parque de Campismo está omissa nas referidas placas toponímicas. -----

-----6 – Informação turística -----

-----Dada a escassez de informação turística nos locais atrás referenciados, recomenda-se a criação e divulgação de mapas/cartas/placas sinalizadoras de geossítios mais relevantes e de propostas de itinerários como por exemplo:-----

-----Merujal- Tebilhão/Cabreiros - Cando/Adaúfe – Moldes/Arouca/Canelas/Alvarenga; Merujal-Albergaria - Felgueira - Vale de Cambra; -----

-----Merujal - Radar - Granja/Moldes – Arouca-----

-----E muitos outros ... -----

-----Em suma, sugere-se e recomenda-se: -----

17.04.2012

----- - Um *Programa Específico de Sensibilização e Apoio à Recuperação da Paisagem da Serra da Freita*. Da paisagem natural e da paisagem urbana.-----

----- - Um *Plano de Divulgação e Sensibilização de Incursões na Serra* com vários itinerários predefinidos. -----

----- O turismo agradece!" -----

----- Em sequência, o senhor Presidente referiu que toma boa nota das sugestões formuladas, com quem concorda na generalidade, indo tentar integrar, na medida das possibilidades, essas sugestões nos projetos a desenvolver. -----

----- **II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **01. ATA:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 7/2012, relativa à reunião ordinária de 3 de Abril findo. --- -----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se os Vereadores senhores António Cruz e Artur Miler por não terem estado presentes na reunião a que respeita. -----

----- **02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- Foi presente a carta do Vereador senhor António Cruz a solicitar a justificação da sua falta à última reunião.-----

----- Aquando da apresentação deste assunto, aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar a falta justificada. -----

----- Foi ainda presente à consideração da Câmara a carta do Vereador senhor Artur Miler a solicitar a justificação da sua falta à última reunião. -----

----- Aquando da apresentação deste assunto, aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar a falta justificada. -----

----- **03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 73, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €2.006.397,68 (dois milhões e seis mil trezentos e noventa e sete euros e sessenta e oito cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de,

17.04.2012

respetivamente, €1.312.623,57 (um milhão trezentos e doze mil seiscentos e vinte e três euros e cinquenta e sete cêntimos) e €693.774,11 (seiscentos e noventa e três mil setecentos e setenta e quatro euros e onze cêntimos).-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 8.ª ALTERAÇÃO: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 8.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta um reforço da dotação global definida no valor de €52.600,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

-----05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 8.ª ALTERAÇÃO: -----

-----Foi presente a 8.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €216.600,00 (duzentos e dezasseis mil e seiscentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

-----06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011:-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia por não ter ainda o processo com toda a informação necessária à aprovação do executivo. -----

-----07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 1.ª REVISÃO:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 1.ª às Grandes Opções do Plano para o ano em curso.

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia. -----

-----08. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 1.ª REVISÃO:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano em curso. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia. -----

-----09. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/SUBSCRIÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE BENS, SERVIÇOS E EMPREITADAS – PARECER PRÉVIO: -----

17.04.2012

----- Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 8, art.º 26.º, do Orçamento de Estado de 2012 e na Portaria n.º 9/2012, de 10 de Janeiro, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação da aquisição de serviços relativos à subscrição de plataforma eletrónica de contratação pública de bens, serviços e empreitadas, nos termos e condições previstos na proposta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia. -----

----- 10. ENSINO BÁSICO/AGRUPAMENTO DE ESCOLAS – FUSÃO:-----

----- Foi feita a análise das duas propostas apresentadas pela Direção Regional de Educação do Norte em reunião de auscultação para parecer sobre a agregação de agrupamentos de escolas e da escola não agrupada, tendo a Câmara deliberado, decorrida votação nominal e por unanimidade, reservar a votação final deste processo para período posterior à audição dos organismos locais ligados ao setor da educação e da Assembleia Municipal.-----

----- 11. ENSINO BÁSICO/ALTERAÇÃO DO PROJETO AVAC PARA O PÓLO ESCOLAR DE ROSSAS – PARECER PRÉVIO: -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais foi proposto que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 8, art.º 26.º, do Orçamento de Estado de 2012 e na Portaria n.º 9/2012, de 10 de Janeiro, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação da alteração do projeto AVAC para o polo escolar de Rossas, nos termos e condições previstos na proposta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata.

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia. -----

----- 12. ENSINO BÁSICO/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE FERMEDO – ERROS E OMISSÕES: -----

----- Por deliberação tomada na reunião de 22 de Setembro de 2009, a Câmara aceitou erros e omissões no projeto inicial da empreitada em epígrafe no valor de €36.165,76 (trinta e seis mil cento e sessenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos), nos termos e condições da informação da Divisão de Obras Municipais. -- -----

----- Vem agora a mesma Divisão informar que, por força de alteração do projeto AVAC, na sequência da qual se adotou a solução de aproveitamento térmico do ar com solução VRD, a rubrica dos trabalhos de AVAC reclamados em erros e omissões, no valor de €2.483,80 (dois mil quatrocentos e oitenta e três euros e oitenta cêntimos) não são necessários, pelo que se impõe a retificação, pela subtração daquele montante, do valor final dos erros e omissões aprovados pela referida deliberação. -----

17.04.2012

-----Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, alterar para €33.681,96 (trinta e três mil seiscientos e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos) o valor global dos trabalhos resultantes de erros e omissões do projeto. -----

-----13. HABITAÇÃO/LOTEAMENTO DE VILA PAVÃO – VENDA DE LOTES:-----

-----Por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção do Vereador senhor Paulo Teixeira, alienar os lotes de terreno número 8, 9 e 11 do loteamento de Vila Pavão, nos termos do regulamento de venda respetivo, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal em 22 e 27 de Fevereiro findo, fixando em €40,00 (quarenta euros) por metro quadrado o preço base de cada lote. -----

-----Mais foi deliberado, por igual votação e forma, constituir a comissão que presidirá à abertura das propostas, a que se refere o número 1, art.º 4.º do mesmo regulamento, com os senhores Presidente da Câmara e Vereadores Albino Oliveira e Isabel Vasconcelos.-----

-----14. URBANIZAÇÃO/REABILITAÇÃO DA PRAÇA DO MUSEU E RUA EÇA DE QUEIROZ – 2.º ANTEPROJETO:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o segundo anteprojecto para a reabilitação da Praça do Museu e Rua Eça de Queiroz. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo.

-----15. URBANIZAÇÃO/POSTURA MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DE TRÁFEGO – SEGUNDA ALTERAÇÃO:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a segunda alteração à Postura Municipal de Ordenamento de Tráfego, em que se altera a alínea a), n.º 16, art.º 3.º de modo a que onde consta -----

-----“16 – Rua Dr. Carlos Alves-----

-----a) Estacionamento proibido de ambos os lados”-----

-----passe a constar -----

-----“16- Rua Dr. Carlos Alves -----

-----a) Estacionamento proibido do lado norte”.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela alteração e mandar submete-la à consideração da Assembleia Municipal. -----

-----16. TURISMO/ADAPTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA LOJA DE TURISMO – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

17.04.2012

----- Foi presente o despacho do senhor Presidente, proferido no uso da competência excecional prevista n.º 3, art.º 68.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, mediante o qual decidiu aceitar os erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal para adjudicação da empreitada em epígrafe. ----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ratificar aquele despacho. ----

----- 17. TURISMO/DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ATIVO EM AROUCA - ACESSO À PRAIA FLUVIAL DE ESPIUNCA – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:-----

----- Foi presente o despacho do senhor Presidente, proferido no uso da competência excecional previsto n.º 3, art.º 68.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, mediante o qual decidiu aceitar os erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal para adjudicação da empreitada em epígrafe. ----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ratificar aquele despacho. ----

----- 18. REDE VIÁRIA/ABERTURA/PAVIMENTAÇÃO DA VIA DE ESCARIZ/CRUZEIRO DO ROMÃO - ALTERNATIVA À EN 326 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS:-----

----- Pelo senhor Presidente foram presentes as seguinte propostas:-----

----- 1. “A sociedade “Pinho & Carvalho, Ld.ª”, com sede na Rua da Indústria, nº 36, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, tendo como legal representante a Sr.ª Maria Fernanda da Costa Pinho de Carvalho dispõe-se a vender, com destino à abertura/pavimentação da via de Escariz/Cruzeiro do Romão-alternativa EN 326 (Fermado), pelo preço global de 5.000€, uma parcela de terreno com a área de 746,34 m2,a destacar do prédio rústico de sua propriedade, sito em Urreira, freguesia de Escariz e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o nº 3428 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o nº 428/19930308. A parcela em causa ficará a confrontar do norte com caminho, nascente com Ana Castro Gomes, poente com Município de Arouca e sul com Pinho & Carvalho, Lda. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.” -----

----- 2. “A Sr.ª Arlinda da Conceição Ferreira e marido, João Ramos da Silva, dispõem-se a vender, com destino à abertura/pavimentação da via de Escariz/Cruzeiro do Romão-alternativa EN 326 (Fermado), pelo preço global de 1.477,45€, uma parcela de terreno com a área de 227,30 m2,a destacar do prédio rústico de sua propriedade, sito em Urreira, freguesia de Escariz e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o nº 3426 e omissso na Conservatória de Registo Predial. A parcela em causa ficará a confrontar do norte e nascente com o caminho, poente com Ana Castro Gomes e sul com Arlinda da Conceição Ferreira. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo.

----- 19. LICENCIAMENTO DE OBRAS/INOCÊNCIA CORREIA DUARTE PEREIRA, (CARVALHAIS, ALVARENGA): -----

17.04.2012

-----Foi presente o processo de obras número 82/2009, de Inocência Correia Duarte Pereira, residente na Rua das Castanheiras, 15, em Valadares, acompanhado do requerimento registado sob o número 459/DGU, a solicitar o licenciamento com vista a construir uma habitação a levar a efeito no lugar de Carvalhais, freguesia de Alvarenga.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido nos termos da informação da DGU.-----

-----20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/RUI MIGUEL DA SILVA RIBEIRO E OUTRA, (COSTA, ROSSAS):-----

-----Foi presente o processo de obras número 21/2012, de Rui Miguel da Silva Ribeiro e outra, residente em Costa, Rossas, acompanhado do requerimento registado sob o número 281/DGU, em 16 de Fevereiro findo, a solicitar o licenciamento com vista a alterar a habitação que possui no referido lugar. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos informação da DGU.-----

-----21. LICENCIAMENTO DE OBRAS/HUGO RENATO PERESTRELO OLIVEIRA, (ADRO, FERMEDO):-----

-----Foi presente o processo de obras número 182/2010, de Hugo Renato Perestrelo Oliveira, residente em Adro, Fervedo, acompanhado do requerimento registado sob o número 517/DGU, em 22 de Março findo, a solicitar a alteração da licença n.º 219/2011, emitida para a construção de habitação e muros.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU.-----

-----22. DIVERSOS/CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE ESCARIZ – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o plano de segurança e saúde referente à empreitada em epígrafe.-----

-----Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele plano.-----

-----23. DIVERSOS/VEDAÇÃO NO LIMITE SUL DO PARQUE URBANO:-----

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Aquando do início das obras requalificação dos espaços públicos envolventes ao Mosteiro de Arouca fui contactado pelo senhor Vítor Fernando Gomes Brandão no sentido da câmara municipal aproveitar o ensejo para promover também a reparação do muro existente no limite sul do parque urbano municipal e a colocação, sobre ele, de uma rede de vedação entre este parque e a sua propriedade.-----

17.04.2012

----- Foi-lhe transmitido na altura que tais trabalhos não estavam considerados na empreitada em curso e que era minha convicção de que o muro pertencia à sua propriedade, pelo que, sendo uma obra de natureza privada, a câmara não os poderia realizar.-----

----- Com efeito, tendo eu dito que o muro fazia parte integrante da sua propriedade e não tendo a câmara contemplado os trabalhos nas obras a realizar no âmbito da empreitada, entendeu o senhor Vítor Brandão, conseqüentemente, proceder à reparação do muro e à construção da vedação que então reclamara. Alertado para o facto de o muro pertencer ao parque urbano, determinei aos serviços a realização de uma vistoria ao local e que informassem o que tiverem por conveniente. Feita a vistoria, atendendo às diferentes cotas dos terrenos confinantes, às características do muro e aos sinais existentes nas imediações, concluem os serviços que o muro está integrado, como sempre esteve, no terreno do parque urbano e que, por isso, é propriedade municipal.-----

----- Os trabalhos realizados pelo senhor Vítor Brandão consistiram na reparação do muro, incluindo a recolocação de algumas pedras em falta e o reboco das juntas, e na construção de uma vedação em rede metálica sobre esse muro, conforme se pode verificar através das fotografias anexas.-----

----- Os trabalhos foram bem executados e a rede, na opinião dos técnicos que fiz deslocar ao local, enquadra-se plenamente na paisagem e no conjunto arquitetónico da envolvente. Por outro lado, trata-se de uma obra que reconheço ser de interesse para ambas as partes, quer em termos de devassa da propriedade, quer em termos de segurança das pessoas que frequentam o parque, principalmente dos mais pequenos, já que está em causa o local mais recôndito do parque urbano cujo espaço, com tais obras, fica confinado e mais protegido.-----

----- Em face do exposto, proponho que a câmara municipal:-----

----- a) Declare que o muro existente no limite sul do parque urbano municipal, sita nesta vila, integra e é propriedade municipal;-----

----- b) Autorize, a título precário, a vedação construída sobre o referido muro;-----

----- c) E que informe o senhor Vítor Fernando Gomes Brandão da decisão, incluindo das condições em que autoriza a vedação.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria aprovar aquela proposta, abstendo-se os Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira que justificaram o seu voto com a seguinte declaração: -

----- “Artur Miler e Paulo Teixeira declaram que se abstêm na votação da proposta do ponto 23 da Ordem de Trabalhos – Vedação no limite sul do Parque Urbano, porque consideram que a haver decisão desta Câmara no que diz respeito à referida vedação, tipo de material utilizado e ao local onde a mesma deveria ser aplicada, a mesma deveria ter sido tomada antes e não deveria ter sido o Presidente da autarquia a decidir

17.04.2012

sozinho. Por outro lado, esta proposta não configura uma solução definitiva para o local em causa e, além disso, parece apenas querer limpar a imagem do senhor Presidente e da sua decisão extemporânea.” -----

-----24. DIVERSOS/NOITES BRANCAS, LOUNGE BAR – PROLONGAMENTO DO HORÁRIO: -----

-----Foi presente a carta registada sob o número 1.625, em 23 de Março findo, de Ernesto dos Santos Ferreira, sócio-gerente do estabelecimento comercial que gira sob o nome de “Noites Brancas, Lounge Bar”, sito na Rua Alferes Diogo Malafaia, a solicitar o prolongamento do horário de funcionamento daquele estabelecimento até às quatro horas às sextas-feiras e sábados. -----

-----Dado que o bar se localiza numa zona residencial e tendo em conta as reclamações que foram recebidas quando o estabelecimento praticava o horário pretendido, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Isabel Vasconcelos, indeferir o pedido.-----

-----25. DIVERSOS/CARLOS ALMEIDA BRANDÃO – INDEMNIZAÇÃO: -----

-----Por ação que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, o senhor Carlos Almeida Brandão pretende ser indemnizado pelo município pelos prejuízos causados na sua viatura por um acidente ocorrido no lugar da Ribeira, da freguesia de Chave, o valor de €5.636,19 (cinco mil seiscentos e trinta e seis euros e dezanove cêntimos). -----

-----Por carta registada sob o número 1.846, em 2 de Abril findo, vem o senhor Gomes Ferreira, advogado que representa o município naquele processo, informar que na tentativa de conciliação com que se iniciou a audiência de julgamento, o autor admitiu por fim ao processo por transação, mediante o pagamento da importância de €1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros), valor a que se chegou depois de longa discussão com a intermediação da própria juíza e depois de se colher a opinião de dois mecânicos arrolados como testemunhas e que corresponde a cerca de 30% do valor da indemnização pedido na ação. -----

-----Atendendo ao risco do julgamento que incide sobre o Município, que terá de afastar a presunção de culpa que recai sobre si, nos termos do art.º 493.º do Código Civil, aquele senhor advogado entende como muito razoável a proposta de transação pelo referido valor, acrescido de metade das custas em dívida a juízo. --

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aceitar a proposta de transação pelo referido valor de €1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros). -----

-----26. DIVERSOS/CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO FÍSICA E DE AUTOAVALIAÇÃO – APROVAÇÃO: -----

-----Tendo ocorrido o encerramento do Projeto AroucaInclui, promovido no âmbito do programa Contrato Local de Desenvolvimento Social, coordenado e executado pela ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, foram presentes à

17.04.2012

consideração da Câmara a prestação de contas final, o relatório de execução física e o relatório de autoavaliação elaborados pela referida entidade coordenadora. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles documentos.

----- **27. DIVERSOS/MARTINHO PAIVA GRANITOS, LD.^a – RECONHECIMENTO DE INTERESSE: --**

----- Foi presente o requerimento registado sob o número 1.137, em 28 de Fevereiro findo, de Martinho Paiva Granitos, Ld.^a, com sede em Caçus, Escariz, a solicitar, nos termos da subalínea ii), alínea d) do anexo V, da Portaria 1.356/2008, de 28 de Novembro, o reconhecimento de interesse público para ampliação da área de exploração da pedreira denominada “laboeira”, sita no referido lugar. -----

----- Face à informação da Gabinete Via Verde, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- **28. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/SERRALHARIA CIVIL NO ESTÁDIO E PISCINA DE AROUCA – AUTO N.º 1 E FINAL – ANULAÇÃO: -----**

----- Por deliberação tomada na reunião de 3 de Abril corrente, foi aprovado ao auto n.º 1 e final, relativo à empreitada em epígrafe. -----

----- Informam agora os serviços que, por lapso, nesse auto foram incluídos trabalhos que oneram duas rubricas distintas do Plano Plurianual de Investimentos, o que inviabiliza o seu pagamento ao empreiteiro, tornando-se necessário proceder à sua anulação. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, anular o referido auto. -----

----- **29. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/SERRALHARIA CIVIL NO ESTÁDIO E PISCINA DE AROUCA – AUTOS N.º 1 E 2 E FINAL: -----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 1 e 2 e final, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €14.680,60 (catorze mil seiscientos e oitenta euros e sessenta cêntimos) e €1.680,00 (mil seiscientos e oitenta euros). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- **30. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL – AUTO N.º 4: -----**

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 4, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €7.910,00 (sete mil novecentos e dez euros). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- **31. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PARQUE DAS PEDRAS PARIDEIRAS – AUTO N.º 5: -----**

17.04.2012

-----Foi presente o auto de medição de trabalhos número 5, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €21.660,50 (vinte e um mil seiscientos e sessenta euros e cinquenta cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.-----

-----III — OUTROS ASSUNTOS:-----

-----32. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – INFORMAÇÃO:-----

-----Pelo senhor Presidente foi presente à consideração da Câmara a informação da DAGF com o seguinte teor:-----

-----“A Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso (LCPA) das entidades públicas, incluindo as autarquias locais, remetendo para diploma legal posterior a regulamentação dos procedimentos necessários à sua aplicação e à operacionalização da prestação de informação nela prevista.-----

-----Tal diploma não foi ainda publicado, nem tão pouco aprovado em Conselho de Ministros, não obstante os diversos anúncios nesse sentido. Neste domínio, existem graves incoerências e incertezas jurídicas, a que ninguém sabe responder, assistindo-se, aliás, a um estranho silêncio por parte dos organismos da administração central com responsabilidades na matéria, designadamente no que concerne a orientações e esclarecimentos necessários ao cumprimento e aplicação dos respetivos normativos.-----

-----Entretanto tivemos acesso ao projeto de Decreto-Lei que pretende dar corpo àquela regulamentação (DL nº 152/2012, de 20-03.2012). No seu âmbito temporal, este projeto, retroage a sua aplicação à assunção de compromissos constituídos após a entrada em vigor da LCPA - artigo 3º.-----

-----Significa isto dizer que as regras são já aplicáveis à assunção de compromissos pela autarquia desde 22 de Fevereiro de 2012, data de entrada em vigor daquele primeiro diploma.-----

-----Os serviços estão a proceder ao levantamento dos “Compromissos” assumidos, quer em resultado de atos formais, limitados no tempo, designadamente de contratos, protocolos, requisições externas ou de documentos equivalentes, quer dos que resultem de prestações de caráter permanente, associados a obrigações por tempo indeterminado, tais como salários e outros encargos com o pessoal, eletricidade, comunicações, seguros, rendas, etc..-----

-----Simultaneamente, para além de outras diligências e procedimentos necessários à aplicação da LCPA, os serviços estão a proceder também ao cálculo dos “Fundos disponíveis”, enquanto parâmetro que há de definir o valor dos compromissos que a autarquia pode assumir.-----

-----Trata-se de um processo complexo e moroso, para o qual não existe ainda qualquer ferramenta informática, e que, por isso, não se prevê concluir a breve prazo.-----

17.04.2012

----- Mesmo assim é possível concluir que os compromissos assumidos para 2012 excedem já os fundos que os hão de suportar no mesmo período. -----

----- Os dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade “não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis”, devendo a autorização para a assunção de um compromisso ser sempre precedida pela verificação da conformidade legal da despesa nos termos previstos no mesmo diploma e nos mais exigidos por lei – nº 1 e 5 do artigo 5º da LCPA. -----

----- Por sua vez, a assunção de compromissos em violação do previsto na LCPA faz incorrer os respetivos responsáveis em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei – artigo 11º da LCPA. -----

----- Com efeito, sabendo-se que os compromissos assumidos para o ano em curso são já superiores aos fundos disponíveis para efeito, e na falta de disposição regulamentar que aponte em sentido contrário, sou de parecer que a Câmara Municipal e os seus membros, designadamente os que têm competência para autorizar a realização de despesa, devem desde já abster-se de assumir qualquer compromisso. -----

----- Proponho ainda que seja agendada uma reunião com todos os responsáveis pelos serviços municipais para análise da legislação pertinente, das medidas a tomar e dos efeitos que as mesmas podem provocar. -----

----- Desta informação deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal e aos serviços. -----

----- É o que me cumpre informar. À consideração do Ex.mo Senhor Presidente.” -----

----- Porque este assunto não fazia parte da ordem de trabalhos, a Câmara deliberou, por proposta do senhor Presidente, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na sua apreciação imediata, atenta a necessidade de estabelecer os mecanismos imprescindíveis à aplicação das normas estatuídas naquele diploma legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento daquela informação. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 19 horas. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----

17.04.2012